»Entrevista|**ARNOLDO DE CAMPOS** |DIRETOR DA CONAB

Executivo conta que projeções da entidade indicam que, até o fim deste ano, Brasil será o maior produtor de alimentos do mundo e que Safra 2026/2027 baterá novo recorde

"Brasil vai superar EUA"

» PEDRO JOSÉ BORGES

Divulgação/Conab



Apesar das oscilações do mercado internacional e dos desafios impostos pelo fenômeno climático El Niño, o abastecimento de alimentos no Brasil caminha para um período de estabilidade com previsão de nova safra recorde. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) projeta que a safra de grãos 2026/2027 atingirá 367 milhões de toneladas, acumulando o terceiro ano consecutivo de máxima histórica na produção nacional.

Em entrevista ao **Correio**, *o diretor de Operações e Abastecimento da Conab, Arnoldo de Campos, avalia a execução dos recursos do Plano Safra e detalha as estratégias de mitigação do endividamento rural. Ele destaca que o país se prepara para assumir a liderança isolada como o maior exportador global de alimentos, superando os Estados Unidos. "O Brasil desfruta de uma posição comercial privilegiada por não estar subordinado a nenhuma potência", afirma. Confira os principais trechos da entrevista:*

Como está a expectativa para a execução dos recursos do Plano Safra 2026/2027 ante os desafios de endividamento que o setor enfrenta?

Toda a engrenagem do Plano Safra está montada e em andamento junto à rede de bancos públicos e privados, viabilizando os fundos de equalização para garantir taxas de juros mais baixas. A expectativa é alcançar um volume recorde de contratações tanto para a agricultura empresarial quanto para a agricultura familiar. Existe um desafio real de endividamento dos produtores, decorrente da queda de preços nos mercados internacionais e da elevação dos custos com combustíveis e fertilizantes, um cenário pressionado por conflitos no Irã e pelas disputas tarifárias entre Estados Unidos e China. Contudo, as medidas conjuntas de renegociação, como o Desenrola Rural para pequenos agricultores e a repactuação de dívidas para grandes e médios produtores, estão restaurando a capacidade de financiamento e de tomada de crédito para o custeio da lavoura.

Existe risco de desabastecimento ou disparada de preços dos alimentos em 2027 em razão de fatores climáticos, como o El Niño?

Os indicadores sinalizam uma oferta perfeitamente compatível com a demanda e tendência de estabilidade nos preços dos alimentos em 2027, mantendo o ambiente de menor inflação acumulada no setor. O monitoramento do El Niño exige atenção quanto ao volume de chuvas previsto para novembro na Região Sul, período sensível ao desenvolvimento das lavouras. A grande mudança de patamar na gestão atual foi a reconstrução preventiva dos estoques públicos de grãos. A Conab formou uma reserva estratégica de 320 mil toneladas de arroz, o equivalente a 320 milhões de quilos, ou mais de 1,5kg por habitante do país. Essa reserva garante ao governo poder de intervenção imediata para abastecer o mercado e neutralizar altas injustificadas, evitando os problemas ocorridos durante as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024, quando o país estava sem estoques estatais.

Apesar do cenário internacional adverso, a Conab projeta mais um recorde de produção. O que sustenta esse resultado?

A engrenagem produtiva brasileira continua rodando. A safra de grãos 2025/2026 foi a maior da história, e as projeções da Conab indicam que a safra 2026/2027 chegará a 367 milhões de toneladas, marcando o terceiro recorde consecutivo. Isso ocorre porque o mercado interno segue dinâmico e o mercado externo continua comprando em volumes elevados. O agro brasileiro é visto globalmente como um setor de alta liquidez e forte demanda.

Quais perfis de produtores encontram maior dificuldade de acesso ao crédito e de liquidez na atual conjuntura?

Na agricultura familiar, acompanhada em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), registram-se as menores taxas de inadimplência do mercado e uma elevada adesão às renegociações. O segmento conta com juros altamente subsidiados no Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura) com taxas para investimento variando entre 1% e 5% ao ano, e custeio entre 4% e 5% ao ano, valores muito inferiores aos juros praticados no mercado comercial. O desafio mais acentuado, hoje, recai sobre o médio produtor, em especial aquele que opera em terras arrendadas cultivando soja e algodão. Esse perfil teve a margem de lucro bastante comprimida pelo descompasso entre custo e preço final. O Pronaf registra uma expansão muito consistente em regiões que antes tinham acesso limitado, impulsionado pela atuação estratégica do Banco da Amazônia (Basa), no Norte, do Banco do Nordeste (BNB), no Nordeste, e do Banco do Brasil (BB) em todo o país. O avanço esbarra, contudo, em entraves burocráticos.

Como o Brasil tem se posicionado diante da disputa comercial entre grandes potências e das tarifas externas?

A engrenagem produtiva nacional demonstrou enorme capacidade de reação. A safra de grãos 2025/2026 já havia estabelecido o maior volume da história, superando o ciclo anterior, e as projeções da Conab indicam que a Safra 2026/2027 alcançará 367 milhões de toneladas, cravando o terceiro recorde consecutivo. Isso é sustentado por duas forças: um mercado interno altamente dinâmico e compradores internacionais que continuam demandando volumes crescentes do Brasil. O agro brasileiro é reconhecido globalmente por sua alta liquidez e liquidação certa. Um exemplo dessa capacidade de resposta é o arroz: com a recuperação dos preços, a área plantada superou significativamente a média dos últimos anos. O Brasil desfruta de uma posição comercial privilegiada por não estar subordinado a nenhuma potência, mantendo diálogo fluido com Estados Unidos, China, União Europeia, Japão e nações asiáticas como o Vietnã. Inicialmente, o "tarifaço" do governo Donald Trump atingiu o setor. Porém, a sobretaxa gerou inflação direta nos preços dos alimentos, provocando desgaste político ao governo norte-americano. Como resultado, recuaram e retiraram das listas itens vitais para o agro, como carnes, suco de laranja, café e frutas. O Brasil ainda beneficiou-se da disputa entre Washington e Pequim ao ocupar o espaço deixado pelos concorrentes no mercado chinês. Até o fim do ano, o Brasil consolidará a posição de maior exportador mundial de alimentos, superando, definitivamente, os Estados Unidos.

ADEMI DF
Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal



Informativo do mercado imobiliário
Brasília-DF, 01/11/2026

ADEMI DF acompanha projeto de lei que prevê afastamento judicial de condômino antissocial

Barulho excessivo durante a madrugada, ameaças e agressões a vizinhos e funcionários, depredação de áreas comuns e outras condutas que comprometem a tranquilidade coletiva. Quem administra ou reside em condomínio conhece os desafios impostos por moradores que, de forma reiterada, desrespeitam as regras e tornam a convivência insustentável. A questão, entretanto, envolve um conflito jurídico delicado: até que ponto o direito de propriedade pode ser limitado para preservar a segurança, o sossego e o bem-estar dos demais moradores?

Este tema é acompanhado pela Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (ADEMI DF), com vistas a manter o segmento alinhado às normas e atualizações das legislações que impactam o setor. Segundo a assessoria jurídica da entidade, o artigo 1.337 do Código Civil prevê, atualmente, multa de até cinco vezes o valor da contribuição condominial para o condômino que descumpre reiteradamente seus deveres, mediante deliberação de três quartos dos demais condôminos. Nos casos mais graves, em que o comportamento antissocial reiterado gera incompatibilidade de convivência, a penalidade pode alcançar dez vezes o valor da contribuição condominial.

A legislação vigente, contudo, não prevê expressamente a exclusão do condômino antissocial, o que gera controvérsias sobre a possibilidade de seu afastamento judicial quando as multas se mostram insuficientes. Parte da doutrina e da jurisprudência admite essa medida excepcional e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) já reconheceu o afastamento do condômino antissocial em situações excepcionais.

A ADEMI DF acompanha a tramitação do Projeto de Lei nº 4/2025, no Senado Federal, que atualiza o Código Civil e pretende estabelecer regras específicas para o afastamento do condômino antissocial. Pela redação proposta, demonstrada a ineficácia das sanções pecuniárias, uma nova assembleia poderá deliberar, pelo voto de dois terços dos condôminos presentes, pela exclusão do morador, que dependerá de decisão judicial para ser efetivada.

A proposta poderá sofrer alterações antes de eventual aprovação. A proposta de atualização do Código Civil busca conferir maior clareza, sem afastar a necessidade de proporcionalidade, fundamentação e respeito ao devido processo legal. A ADEMI DF avalia que medidas como esta podem reforçar a segurança jurídica do setor e estimular melhor convivência entre condôminos, desde que respeitada a proporcionalidade e o devido processo legal.

SCIA Quadra 11, Conjunto 2, Lote B - Guará - Brasília/DF - Fone: (61) 3328-7597
E-mail: ademidf@ademidf.com.br
Acompanhe: www.ademidf.com.br | @ademidf

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Sem margem para errar

Com mais de 83 milhões de brasileiros e 9 milhões de empresas de todos os portes e tipos inadimplentes, soa como descaso continuar discutindo o resultado da eleição presidencial. Há um vazio institucional a preencher, obstáculos econômicos para remover e expectativas sociais difíceis de atender no curto prazo.

O presidente reeleito precisa de tempo e calma para endereçar as verdadeiras urgências e reorganizar o novo governo, já que o atual escapou por pouco de uma derrota humilhante para um rival que tem no sobrenome a única credencial.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reverteu a desvantagem do 1º turno, recebendo 4,4 milhões de votos a mais do que Flávio Bolsonaro, graças a medidas que, noutro cenário, não poderiam ter anunciado nem feito o Congresso aprová-las de supetão para reaver a estima de eleitores perdidos pela anomia de seu terceiro governo. A nova gestão, que começará em 5 de janeiro de 2027, na prática, já começou. Para o incumbente reeleito não há prazo de transição, nem, portanto, o beneplácito do tempo.

O jogo dos búzios aparenta favorecer o novo governo do presidente de 81 anos. O rival mais jovem cresceu com dancinhas e deboche aos adversários. Tratou-os como derrotados de véspera, e se perdeu ao não saber dizer a que vinha, afora fomentar o sentimento antiLula, que é real e está em modo stand-by, e achar desnecessário explicar suas relações com o banqueiro master da corrupção e grupos de má-fama do seu Rio de Janeiro. Com Bolsonaro pai preso e dois filhos autoexilados nos Estados Unidos, o bolsonarismo sai enfraquecido.

O problema para ambos é que o jogo não acabou com o 2º turno das eleições, como deixou claro o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, horas depois de as urnas fecharem, ao mandar apreender o passaporte de Bolsonaro filho. Foi excesso de arbítrio, já que, embora investigado pela Polícia Federal (PF) por lavagem de dinheiro, Flávio tem a imunidade do mandato de senador, e não responde a processo.

Brasília tem sido mais problema do que solução para o país por gente assim, investida de poderes mal-mediados pelo voto.

Nosso Estado palimpsesto

Flávio homiziou-se nos EUA, virando coadjuvante do juiz dublê de policial e ministro do STF a partir de setembro. Enrascado via escritório da mulher com Daniel Vorcaro, Moraes se escuda no poder extraconstitucional do STF para continuar protagonista.

Moraes tira o sono de Lula, de outros juízes ditos supremos e da profusão de parlamentares enrolados com a dinheirama das emendas à lei orçamentária, dinheiro fiscal cujo destino é alvo de apurações para enquadrar supostos aliados que contrariam o status quo da tal "governabilidade", para fingirmos que tratamos de alta política.

Com tais eventos tomando tempo e atenções dos dirigentes públicos eleitos ou não, sobra pouco espaço para discutir a sério os gastos excedentes à arrecadação tributária já recordista, causa direta do deficit orçamentário bancado com dívida pública a juros de corar agiota tanto para aplacar o tal mercado quanto manter no cabresto o modelo econômico movido a crédito e transferências de renda.

A sociedade, entre pessoas e empresas, paga essa conta, nutrida pelo mau desenho das instituições do Estado e pela inépcia que vem de longe. O buraco não é apenas fiscal, é arquitetônico, funcional e constitucional. Construímos um Estado por adições sucessivas: diante de cada falha, cria-se outra instituição, novo fundo, nova força policial, novo programa, nova rede de atendimento, mas sem extinguir, integrar ou redefinir aquilo que já existia.

Temos uma espécie de Estado palimpsesto: cada governo escreve uma nova camada sobre as anteriores, preservando todas as estruturas, competências, folhas de pagamento e interesses corporativos.

Confusão é constitucional

Tudo isso leva a pensar o quão primários têm sido os economistas, empresários e políticos que propõem meramente ajuste fiscal, corte de gastos etc. O buraco é mais profundo. Na campanha, Lula chamou de "babaquice" a insistência em controle fiscal. O erro não está em buscar equilíbrio, mas em supor que cortes, sem reorganizar o Estado, resolvam o problema.

A Constituição de 1988 estabeleceu várias competências "comuns" ou "concorrentes". A intenção era cooperativa: impedir que algum ente alegasse não ser responsável por saúde, educação, segurança e assistência social. Na prática, criou-se frequentemente o inverso.

Se todos são responsáveis, ninguém é responsabilizado. O governo federal formula, financia, condiciona e inaugura. O governo do estado administra parte da rede. O município executa outra parte.

O Congresso distribui emendas. Tribunais e órgãos de controle interferem no procedimento. Quando há sucesso, todos reivindicam a autoria. Quando fracassa, um aponta para o outro. É uma confusão parcialmente constitucional, mas também politicamente conveniente.

A indefinição permite multiplicar estruturas; disputar a autoria das entregas; distribuir cargos e verbas; inaugurar equipamentos; transferir responsabilidades; dificultar a avaliação comparativa de custos; impedir que o cidadão identifique quem deve cobrar.

Por esses caminhos e descaminhos se infiltra a corrupção ou, sem dolo, apenas a inaptidão. O cidadão não sabe a quem cobrar pela fila, pela falta do professor, pela obra interrompida. E tudo isso custa dinheiro, que vira deficit, dívida cara, impostos altos etc.

Ruptura da vida civilizada

O caso da segurança pública é exemplar. Havia a Polícia Militar e a Polícia Civil nos estados, e a Polícia Federal e a Rodoviária na União. A Constituição de 1988 também autorizou municípios a formar guardas para proteger seus bens, serviços e instalações.

Desde então, as guardas se expandiram. Em 2025, o STF admitiu que podem exercer policiamento ostensivo. Sem integração, o resultado é sobreposição — outra camada estatal sem análise de custo, de sua necessidade e alternativa contratual. E outra PEC está em debate sem tirar nada, ao contrário, amplia o que já há e não funciona.

Como o dinheiro que banca tudo isso tem de sair de algum lugar, o orçamento está há anos deficitário, a dívida pública só incha (em relação ao PIB, cresceu 10 pontos percentuais só neste governo), a taxa de juros para financiá-la é brutal, impostos são absurdos. O cidadão olha para o tanto que paga e vai para a informalidade.

A informalidade deixou de ser apenas uma estatística do mercado de trabalho e da economia invisível — representa cerca de 33% do PIB, segundo estimativa do Banco Mundial para 2020. Tornou-se o sintoma de uma sociedade em que milhões de pessoas negociam e sobrevivem sem se reconhecer plenamente no Estado que as governa. Se a evasão passa a ser considerada defesa legítima, e o crime organizado oferece as estruturas que o poder público não oferece, o problema já não é fiscal. É uma ruptura gradual dos paradigmas da vida civilizada.

Uma síntese: o caos começa quando o Estado não consegue explicar por que custa tanto, quem responde por cada entrega e por que o cidadão deveria acreditar que pertencer às instituições vale a pena. Voltarei ao assunto. O nó a desatar é esse.